

**CENTRO PAULA SOUZA
ETEC PADRE CARLOS LEÔNCIO DA SILVA
TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS**

**A FALTA DE EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA E A DESIGUALDADE
SOCIAL**

**Antony Miguel De Oliveira Peixe¹
Carlos André Rodrigues Dos Santos²
Herbert Henrique Fernandes Alves³
Layla Vitória Gonçalves Da Silva⁴
Michael Luiz Pires Simão⁵
Prof. Me. Francis Augusto Guimarães⁶**

Resumo: O seguinte trabalho aborda um problema injusto que infelizmente é presente no nosso país, a desigualdade educacional. O intuito dessa obra é mostrar como as desigualdades com relação a oportunidades de educação colaboram para as diferenças sociais em termos de classe, posição e condição de vida entre a sociedade, o que extingue a equidade social e viola um princípio previsto por lei na Constituição Federal brasileira. Deste modo, evidenciando a importância de condições justas de aprendizado para a evolução da nação como um todo.

Palavras-chave: Desigualdade. Educação. Sociedade.

¹Técnico em Serviços Jurídicos – Etec Padre Carlos Leônico da Silva. antony.peixe@etec.sp.gov.br

²Técnico em Serviços Jurídicos – Etec Padre Carlos Leônico da Silva. carlos.santos935@etec.sp.gov.br

³Técnico em Serviços Jurídicos – Etec Padre Carlos Leônico da Silva. herbert.alves2@etec.sp.gov.br

⁴Técnico em Serviços Jurídicos – Etec Padre Carlos Leônico da Silva. layla.silva17@etec.sp.gov.br

⁵Técnico em Serviços Jurídicos – Etec Padre Carlos Leônico da Silva. michael.simao@etec.sp.gov.br

⁶ Professor da Etec Padre Carlos Leônico da Silva. francis.guimarães2@etec.sp.gov.br

1.0 INTRODUÇÃO:

Há um amplo acordo de que a educação desempenha um papel fundamental na evolução tanto do indivíduo quanto da sociedade. Embora seja universalmente reconhecida como um pilar essencial para o progresso humano e social, a persistente disparidade na qualidade da educação se destaca como uma das principais razões por trás da desigualdade social em muitas regiões do globo. De fato, a discrepância na educação recebida pelas crianças continua a ser um fator significativo na perpetuação da disparidade social em diversas partes do mundo. Quando a educação não é acessível de maneira justa para todos os indivíduos de uma sociedade, as desigualdades sociais se agravam, resultando em divisões profundas e injustiças que prejudicam o tecido social como um todo. Quando entendemos as relações entre educação e tal iniquidade, conseguimos reconhecer táticas eficazes para fomentar uma sociedade que seja mais igualitária e acolhedora, onde cada pessoa possa desenvolver todo o seu talento, sem importar sua origem financeira, raça ou onde mora. Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...”

A desigualdade social é um fenômeno complexo e diversificado que perdura em várias nações pelo mundo, incluindo o Brasil. A falta de uma educação equitativa surge como um dos principais motivos desse desequilíbrio, mesmo que haja diversas origens para esse problema. Este estudo tem como objetivo analisar de que forma a ausência de uma educação de qualidade afeta diretamente a desigualdade social, investigando os processos envolvidos nessa relação e as implicações que isso acarreta para a sociedade como um todo.

Quando se examina essa questão, é essencial entender as diversas facetas da disparidade social e seus impactos em várias esferas da existência das pessoas, que vão desde a inserção no mercado de trabalho até a atuação cidadã e o bem-estar coletivo. Nesse cenário, a educação tem um papel fundamental como um dos principais fatores que determinam o êxito pessoal e social, moldando não só as oportunidades disponíveis para cada indivíduo, mas também a sua habilidade em transpor as barreiras criadas pela estratificação social.

Por meio de uma revisão crítica da literatura e análise de dados empíricos, este trabalho busca identificar os principais mecanismos pelos quais a falta de educação igualitária contribui para a reprodução e agravamento da desigualdade social. Além disso, serão exploradas as políticas e estratégias educacionais que podem ser adotadas para mitigar esses efeitos e promover uma maior equidade no sistema educacional, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao concluir este estudo, almeja-se apresentar perspectivas enriquecedoras para professores, tomadores de decisão em políticas públicas e demais envolvidos na redução da desigualdade social, ressaltando a indispensável relevância de uma educação inclusiva como um pilar essencial na busca por uma sociedade mais justa para todos os seus integrantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Desigualdade Educacional no Brasil.

A desigualdade educacional no Brasil se manifesta em várias dimensões, incluindo o acesso desigual a recursos educacionais, diferenças na qualidade do ensino entre escolas de áreas ricas e pobres, e disparidades no acesso ao ensino superior. Essas disparidades são frequentemente exacerbadas por fatores como renda, raça, gênero e localização geográfica. “Na prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que os outros, o que, conseqüentemente, leva a naturalização da desigualdade educacional de direitos” (Sueli Carneiro, 2011, p.14, Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.)

Ainda por cima, o direito a educação e a exigência de igualdade no processo para a mesma é exigida pela nossa Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”,(Artigo 205 da Constituição Federal de 1988) e “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;”,(Artigo 206, Inciso I da Constituição Federal de 1988).

É de conhecimento geral a importância da educação no avanço social e na prática da cidadania. Assim, ter acesso a dados sobre os aspectos fundamentais da

educação guia o percurso para tornar o conhecimento cada vez mais disponível à população.

2.2 Analfabetismo

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Em 2022, 5,6 % das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas), na Região Sudeste.

Quando analisado por cor ou raça, o estudo revelou que 3,4% das pessoas com 15 anos ou mais de idade de cor branca eram analfabetas, enquanto entre as pessoas da mesma faixa etária de cor preta ou parda o percentual era de 7,4%.

Entre mulheres e homens com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 5,4% para as mulheres e 5,9% para os homens. A pesquisa mostra que quanto mais velho é o grupo populacional, maior é a proporção no número de analfabetos. Entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 16,0%.

Figura 1-Analfabetismo no Brasil



Fonte: PNAD Contínua Educação – 2022

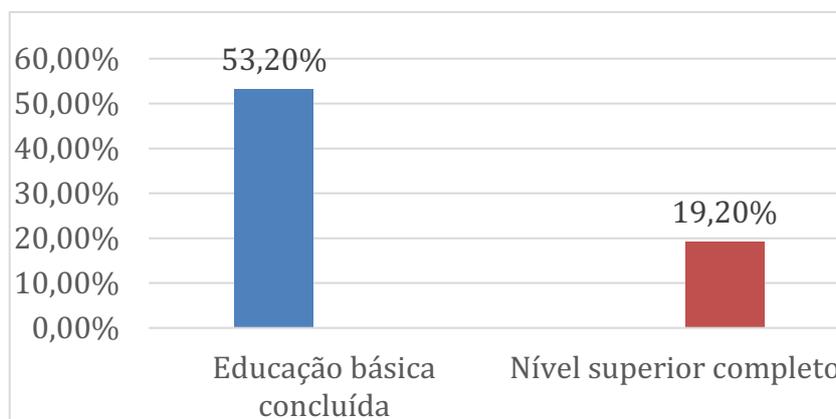
“No Brasil, a precariedade de ensino é muito grande, poucas políticas públicas que consolidam de fato a educação básica do País. Na maioria da sociedade as idades entre 15 a 64 anos e idade por meio de teste que analisa habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática voltadas ao cotidiano. De acordo com os

resultados, a classe de analfabetos funcionais é dividida em dois grupos: os absolutos, 8%, que não conseguem ler palavras ou frases e números telefônicos, por exemplo, e os rudimentares, 21%, que têm dificuldade para identificar ironias e sarcasmos em textos curtos e realizar operações simples, como cálculo de dinheiro.” (Inã Palmeira Silva, trajeto, analfabetismo funcional.).

2.3 Nível de Instrução:

O nível de instrução indica o grau de educação alcançado pelo indivíduo, independentemente da duração dos seus estudos. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), No Brasil, 53,2% das pessoas com 25 anos ou mais de idade concluíram a educação básica obrigatória; ou seja, possuíam, no mínimo, o ensino médio completo em 2022. Já o percentual das pessoas da mesma faixa etária com nível superior completo, era de 19,2% no mesmo ano.

Figura 2 – Gráfico de Nível de Instrução



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2022.

Dos que não concluíram sequer a educação básica:

- 6,0% não tinham instrução;
- 28,0% possuíam o ensino fundamental incompleto;
- 7,8% tinham o ensino fundamental completo;
- 5,0% tinham o ensino médio incompleto.

2.4 Abandono Escolar:

Também conforme o IBGE, Cerca de 18% dos jovens de 14 a 29 anos de idade no Brasil, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, não completaram o ensino

médio, ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram a escola. Quando esses jovens foram perguntados sobre o motivo de terem abandonado os estudos, a necessidade de trabalhar foi apontada como fator principal tanto para os homens quanto para as mulheres. Além disso, no caso das mulheres, a gravidez e a falta de interesse em estudar também foram mencionadas.

Além disso, é durante a adolescência que o problema se manifesta de forma mais acentuada, resultando em taxas de evasão do ensino médio consideravelmente mais altas. Segundo a edição 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua Educação), que é realizada pelo IBGE, a taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos naquele ano foi de 91,9%.

O acesso à Educação de qualidade é direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia. Os investimentos públicos em educação são de extrema importância para a redução da pobreza, criminalidade e ampliação do crescimento econômico, bem-estar e acesso aos direitos fundamentais pela população.

A instituição de ensino desempenha um papel social fundamental ao estimular relações sociais, aprimorar competências físicas e cognitivas e transformar o aluno em um agente ativo na sociedade. Contudo, há desafios e negações constantes do direito à educação que elevam a chance de os jovens não prosseguirem com seus estudos, o que gera consequências negativas para o progresso do país.

2.5 Desigualdade Educacional no Brasil: Desafios e Perspectivas

No Brasil, é clara a conexão entre educação e ganhos financeiros: à medida que se avança nos estudos, os salários aumentam. Esse fato motiva os jovens a almejem uma formação superior. Porém, esse objetivo costuma ser dificultado não só pela competitividade nos processos seletivos, mas também devido à disparidade educacional presente no território nacional.

Desde os primeiros momentos da infância, as diferenças socioeconômicas têm impacto no progresso educacional das crianças. Pesquisas demonstram que o meio familiar exerce influência significativa sobre o vocabulário e aprendizado infantil, enfatizando a relevância de iniciativas governamentais destinadas aos primeiros anos de vida, compreendidos entre 0 e 6 anos de idade. A desigualdade escolar se reflete nos resultados de aprendizagem, com alunos de origens sociais mais privilegiadas

apresentando melhor desempenho. No entanto, pesquisas demonstram que sistemas educacionais eficazes podem reduzir essas desigualdades, independentemente da origem dos alunos.

No Brasil, fatores como raça, gênero e localização geográfica também contribuem para aumentar a desigualdade educacional. Por exemplo, o desempenho escolar pode variar muito entre escolas de diferentes posições socioeconômicas dentro de uma mesma região.

Frente a essa situação, as políticas educacionais precisam adotar uma perspectiva que leve em conta as discrepâncias presentes, tanto durante a concepção quanto durante a aplicação. A prática de retenção escolar, por exemplo, tende a impactar de maneira injusta os estudantes em condições econômicas mais desfavoráveis. “Assim, analisar as políticas educacionais requer compreendê-las a partir da sua intencionalidade em garantir o direito à educação e, também, procurar entender como esse direito é considerado na relação do Estado com a sociedade civil” (Gisi, 2021, p.19, as desigualdades sociais na educação”

É imprescindível que a luta contra a disparidade educacional não conduza a uma padronização inferior, na qual todos sejam tratados da mesma forma, sem considerar suas necessidades específicas. Em vez disso, é necessário elevar à equidade, assegurando que todos os estudantes tenham acesso justo ao crescimento e aprendizagem, ao mesmo tempo em que se trabalha para diminuir as diferenças entre diferentes segmentos da sociedade.

Resumindo, para lidar com a desigualdade educacional no Brasil, é necessário adotar uma estratégia ampla e diversificada, que considere não somente a disponibilidade de educação, mas também a excelência e a justiça no sistema educativo, com o intuito de assegurar um amanhã mais equitativo e promissor para toda a população brasileira.

2.6 A Importância Da Educação Na Vida Do Cidadão Brasileiro:

Comprovadamente, a educação desempenha um papel fundamental na transformação do futuro, uma vez que é por meio dela que o indivíduo se desenvolve e se molda. Assegurar que todos tenham pleno acesso à educação equivale a assegurar a formação de uma sociedade mais equitativa, na qual todos os seus membros tenham oportunidade de desfrutar da cultura e participar ativamente de sua

promoção e desenvolvimento. “reconhecer a pobreza e as desigualdades, fundamentalmente, significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional” (Miguel, 2020, pág. 7, Pobreza, desigualdades e educação).

No entanto, é importante ter em consideração que essa trajetória é marcada por eventos históricos. As disparidades atuais têm sido alimentadas por uma cultura enraizada, apesar dos esforços do Estado em sua totalidade. A busca pela igualdade depara-se com diversos obstáculos, revelando a necessidade de ações contínuas visando a construção de uma sociedade mais equitativa. São muitos os desafios que ainda exigem superação, com a finalidade de garantir oportunidades igualitárias, se não idênticas, para todos.

O governo brasileiro está implementando políticas de cuidados afirmativos para auxiliar os desfavorecidos e desenvolver a sociedade, ao mesmo tempo que promove a igualdade. Estas políticas devem visar as classes necessitadas e os beneficiários pretendidos, promovendo o avanço da igualdade.

2.7 Queda do Analfabetismo no Brasil entre 2019 e 2022: Uma Análise da Pnad Contínua:

“Até a Proclamação da República (1889), a taxa de analfabetismo no Brasil atingia 90% da população de mais de quinze anos de idade. Na década de 1930, a taxa caiu para 65% e na década de 1950 passou a representar 51%. Essa diminuição correspondeu ao aumento numérico da oferta de escolarização registrado no período” (Cléia Brandão, 2020, pág 33, Desigualdade Social e Pobreza)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou uma queda considerável na taxa de analfabetismo no Brasil entre os anos de 2019 e 2022. De acordo com os dados, houve uma diminuição de 0,5 ponto percentual nesse período, representando um progresso relevante no acesso à educação e na alfabetização.

A Pnad Contínua, iniciada em 2012, tem como objetivo fornecer informações conjunturais relacionadas à força de trabalho e aspectos sociais e demográficos do país. Desde sua implementação, a pesquisa tem sido uma ferramenta crucial para entender e caracterizar o mercado de trabalho e as questões educacionais no Brasil.

Embora esta queda tenha sido registrada em todo o país, ainda existem discrepâncias. Por exemplo, o Nordeste abriga uma parte considerável da população analfabeta, com 55,3% dos brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever residindo nessa região.

O IBGE ressalta a importância de enfrentar os desafios educacionais do país, especialmente no cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal 13.005/2014. O objetivo do PNE é erradicar o analfabetismo até 2024, (ano atual) e mesmo tendo resultados positivos, ainda falta muito o que fazer.

Adicionalmente, o estudo ressalta as desigualdades no acesso à educação entre distintos grupos étnicos. Indivíduos pretos e pardos deparam-se com maiores desafios na jornada educativa, apresentando índices mais altos e menor participação no ensino secundário e superior se comparados a indivíduos brancos.

Em resumo, os dados da Pnad Contínua Provem informações valiosas acerca da realidade educacional no Brasil, evidenciando os progressos alcançados e os obstáculos persistentes que necessitam ser enfrentados para assegurar uma educação de excelência e abrangente para toda a população brasileira.

2.8 Houve progresso, mas não resolução:

Nos últimos anos, o Brasil avançou significativamente no aumento do número de matrículas no sistema educacional e na elevação do nível de instrução da população. No entanto, ainda existem desafios a serem superados para assegurar um ensino de qualidade.

Um desses desafios é a urgência de reduzir as desigualdades educacionais, especialmente agravadas pela falta de acesso ao ensino remoto durante a pandemia. Além disso, torna-se fundamental fortalecer um Sistema Nacional de Educação, com clareza nas responsabilidades de cada esfera do governo.

Analisando os relatórios publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com todos pela Educação e Itaú Social temos três registros que totalizam mais de 400 páginas. Eles mencionam as medidas governamentais adotadas ao longo dos últimos anos, analisam os progressos em cada etapa (desde a educação infantil até o ensino superior),

apresentam sugestões de aprimoramento em várias esferas e realizam comparações com as políticas implementadas em outras nações.

Diante da situação de crise sanitária, a importância desse tema se intensificou. É fundamental que a OCDE destaque a necessidade de o Brasil abordar essa questão de forma decisiva, implementando políticas para superá-la; do contrário, enfrentará desafios para melhorar a qualidade da educação, segundo Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo da organização Todos pela Educação, a desigualdade presente no país é significativamente maior em comparação a outras nações.

"Embora tenhamos conseguido progredir no acesso à educação fundamental e até mesmo em termos de desempenho acadêmico, as disparidades persistem. O relatório indica que a pandemia pode ter intensificado essas disparidades, as quais são diversas e se manifestam em diferentes dimensões, não apenas relacionadas ao status socioeconômico, mas também à etnia, gênero e localização geográfica, como o lugar de residência e a região em que se habita", avalia Patrícia Mota Guedes, responsável pela área de Pesquisa e Desenvolvimento no Itaú Social.

Segundo o relatório da OCDE, a crise sanitária e a pandemia agravaram a queda econômica e impactaram significativamente as partes vulneráveis da população, "ampliando as disparidades que ainda mantêm o Brasil entre as nações mais desiguais globalmente", conforme mencionado no documento.

O relatório mostra que, em 2018, 20% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza, índice maior do que o registrado quatro anos antes, em 2014, quando eram 18%. Um dos relatórios traz estatísticas que mostram a desigualdade do país:

Acesso ao ensino médio: Em 2018, 60% da população negra ou parda havia concluído pelo menos o ensino médio, índice que chega a 76% entre brancos;

Acesso ao ensino superior: 36% dos brancos com idade entre 18 e 24 anos estavam na universidade ou já haviam concluído o ensino superior em 2018; entre negros e pardos, o índice era de 18%;

Exclusão: Em 2019, quase 25% de negros e pardos de 18 a 24 anos não estudavam nem trabalhavam; para brancos, o índice era de 17%;

Abandono escolar e mercado de trabalho: segundo a OCDE, os dados sugerem que a desigualdade leva negros e pardos a deixarem a escola para trabalhar.

Com base nas informações apresentadas, é notável que a desigualdade estrutural persiste como um desafio relevante no país e demanda a implementação de medidas abrangentes e coordenadas para lidar com tais disparidades e fomentar uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Este cenário desafiador é influenciado por diversos fatores e possui implicações, incluindo a complexidade da desigualdade estrutural, seu impacto na sociedade, a urgência de intervenções abrangentes e a promoção da justiça e inclusão.

3. CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES:

3.1 Consequências da desigualdade educacional:

As consequências da desigualdade educacional são amplas e profundas, afetando não apenas os indivíduos, mas também as comunidades e a sociedade como um todo. Algumas das principais consequências incluem:

Perpetuação do Ciclo de Pobreza: A falta de acesso a uma educação de qualidade perpetua o ciclo de pobreza. Indivíduos que não recebem uma educação adequada têm menos oportunidades de conseguir empregos bem remunerados e, conseqüentemente, de escapar da pobreza;

Desigualdade de Oportunidades: A desigualdade educacional cria disparidades nas oportunidades de vida. Aqueles que têm acesso a uma educação de qualidade têm mais chances de alcançar o sucesso acadêmico, profissional e pessoal, enquanto aqueles com acesso limitado enfrentam barreiras significativas;

Desigualdade econômica: A desigualdade educacional contribui para a desigualdade econômica, pois influencia diretamente a capacidade das pessoas de obterem empregos bem remunerados. Isso pode levar a uma maior diferença de renda e riqueza entre os diferentes estratos sociais;

Desigualdade social e política: A falta de acesso igualitário à educação pode aumentar as divisões sociais e políticas em uma sociedade. Aqueles que são marginalizados ou excluídos do sistema educacional têm menos voz e poder para influenciar as políticas e processos sociais;

Impacto na produtividade e crescimento econômico: A desigualdade educacional pode prejudicar a produtividade e o crescimento econômico de um país. Quando uma

parte significativa da população não recebe educação adequada, isso limita o potencial de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades necessárias para impulsionar a economia;

Em resumo, as consequências da desigualdade educacional são multifacetadas e abrangentes, impactando negativamente tanto os indivíduos quanto a sociedade em geral. Por isso, é fundamental implementar políticas e intervenções que visem reduzir essas disparidades e garantir o acesso equitativo à educação para todos.

3.2 Possíveis soluções:

Para superar desafios, a OCDE, citada anteriormente, lista 10 pontos para melhorar a qualidade da educação no país:

Investimento em educação: o relatório sugere proteger os recursos da educação e vincular a resultados que mostrem avanço na qualidade do ensino. O texto reconhece os avanços do novo Fundeb, o fundo que financia a educação básica redistribuindo recursos para que todos os alunos recebam pelo menos o mínimo de investimento previsto.

Reavaliar prioridades: a pandemia traz uma oportunidade de reavaliar as prioridades no orçamento. Cita os gastos excessivos com reprovação e a necessidade de aumentar as taxas de conclusão no ensino superior.

Ações para mitigar impacto da pandemia: serão necessários recursos adicionais para atender alunos em vulnerabilidade, mas há riscos de cortes no orçamento devido à desaceleração econômica. Isso já ocorre sobre recursos do Ministério da Educação, que teve os maiores bloqueios em relação a outras pastas. O ideal seria investir mais para recuperar as perdas da pandemia, com foco em alunos mais vulneráveis.

Melhoria para carreira de professores: a valorização do docente é essencial para melhorar o ensino e a aprendizagem. Com isso, será possível atrair e reter professores de alto nível, fornecendo apoio e desenvolvimento profissional.

Práticas de ensino: abordagens inovadoras e comprovadas podem trazer impacto positivo na aprendizagem dos estudantes. O desafio poderá ser superado com quadros universitários de qualidade e cursos de formação continuada. Mas dados apontam que três quartos dos professores dos anos finais do ensino fundamental e

médio nunca observaram aulas de outros professores para dar feedbacks, o que poderia ser uma forma colaborativa de melhorar a prática de ensino.

Clima escolar: tornar o ambiente escolar mais favorável a estudantes pode impactar na aprendizagem e bem-estar. No Pisa de 2018, por exemplo, os dados apontaram que os casos de bullying, indisciplina e solidão nas escolas do Brasil ocorriam acima da média dos países da OCDE. O resultado de um ambiente pouco receptivo é o baixo desempenho dos estudantes. A avaliação indicou que 68% dos estudantes brasileiros não sabiam o básico de matemática; 50,1% apresentavam baixo desempenho em leitura e 55,3%, baixo desempenho em ciência.

Gestão escolar: recomenda melhorias na administração e liderança pedagógica, com profissionais da área exercendo as funções. O relatório cita, por exemplo, que em 2018 70% das redes ainda escolhiam diretores por nomeação política, destaca Patrícia Mota Guedes.

Tornar a educação relevante: uma iniciativa destacada pela OCDE é a reforma do ensino médio, que procura trazer itinerários formativos adaptados de acordo com cada estudante, com vistas à educação profissional e tecnológica. Para isso, são precisos recursos. Uma opção é fazer programas locais, em parceria com empregadores, para aumentar o engajamento dos jovens.

Apoiar os alunos em risco: recomenda intervenções já nos primeiros anos escolares, como investimento na educação infantil e anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, com políticas explícitas para evitar a evasão.

Direcionar recursos: regiões, escolas e alunos com as maiores necessidades devem receber mais investimentos. É possível aproveitar a experiência bem-sucedida do Fundeb, de acordo com o relatório, para fazer redistribuições não apenas entre estados e municípios, mas também dentro deles.

As propostas da OCDE para aprimorar a qualidade da educação em um país são cruciais na abordagem dos problemas atuais da educação. É crucial investir de forma adequada na área educacional, valorizar os educadores, criar um ambiente escolar acolhedor e destinar recursos para os alunos mais vulneráveis. Essas medidas são essenciais para garantir um sistema de ensino justo e eficaz. Ao adotar tais recomendações, os países não apenas podem elevar o desempenho acadêmico, mas também promover o progresso social, econômico e cultural de suas populações, preparando os estudantes para os desafios do século XXI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise abrangente das consequências da desigualdade educacional e das possíveis soluções apresentadas pela OCDE destaca a urgência de abordar esse problema de maneira sistemática e coordenada, pois não apenas perpetua ciclos de pobreza e marginalização, mas também diminui o potencial de desenvolvimento econômico e social de uma nação.

As disparidades no acesso à educação e na qualidade do ensino representam um desafio significativo para o Brasil e exigem intervenções urgentes em várias frentes. Isso inclui investimentos adequados em educação, valorização e capacitação dos professores, melhoria do ambiente escolar, reformas educacionais relevantes e inclusivas, e ações direcionadas para apoiar alunos em situação de risco.

Esta exigência é não somente clamor daqueles que injustamente não tem as devidas condições de acesso à educação necessária para um desenvolvimento pessoal e profissional como também é fundamental que o combate à tal desigualdade seja uma prioridade política e social, com recursos suficientes e estratégias eficazes para garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo a oportunidades educacionais de qualidade. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera para todos os brasileiros, onde o acesso à educação não seja apenas um direito, mas também um meio eficaz de promoção da igualdade social e do desenvolvimento humano.

5. REFERÊNCIAS:

Arroyo, Miguel. Pobreza, Desigualdades e Educação. Primeira edição. Minas Gerais. 2020.

Carneiro, Sueli. Raça E Direitos Humanos No Brasil. Selo Negro: São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 2011.

Gusmão, Fabio. Desigualdade educacional no ensino médio. Rio de Janeiro, 2022.

Lourdes, Maria. As desigualdades sociais na educação. Primeira edição. Curitiba. 2022.

Oliveira, Elida, disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/30/brasil-melhora-acesso-a-escola-mas-ainda-precisa-superar-desigualdade-aponta-ocde.ghtml> (Página 9 e 10).

Oliveira, José. Vulnerabilidades E Superação Da Desigualdade Educacional No Brasil. Goiás, Puc Goiás, 2015.

Pereira, Orcione. Desigualdade De Oportunidades Educacionais no Brasil: O Caso Do Ensino Superior, 2015.

Silva, Inã, Analfabetismo Funcional, trakto, Mec.

Página 5:

(2024 IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística)
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%2053%2C%25,%2C%25%20no%20mesmo%20ano.>

Página 6:

(2024 CCSA – Centro de Ciências Sociais aplicadas)
[https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12616.](https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12616)

Página 7:

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-ferramenta-disseminadora-igualdade-social.htm> por Graziela Araujo da Costa e Mara Beatriz de Carvalho Ribeiro.

Página 8:

(2024 Todos os direitos reservados pela EBC).

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20levantamento,%C3%A0%20escola%20e%20abandono%20escolar.>

Página 9 e 10:

(OLIVEIRA, Elida, G1) disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/30/brasil-melhora-acesso-a-escolas-mas-ainda-precisa-superar-desigualdade-aponta-ocde.ghtml>.